



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

Informação nº 13/14 – DICOG

Brasília (DF), 14 de novembro de 2014.

Processo nº: 25327/2014

Assunto: Acompanhamento da Gestão Governamental.

Ementa: Análise de conteúdo da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2014. Acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Distrito Federal relativa ao primeiro semestre de 2014. Subsídio à elaboração do Relatório Analítico e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo – exercício de 2014. Pela emissão de alertas e determinações.

Senhor Diretor,

Cuidam os autos do acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Distrito Federal referente ao primeiro semestre de 2014, com a finalidade de subsidiar a elaboração do Relatório Analítico e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo do mesmo exercício.

2. Devido à necessidade de complementação das informações encaminhadas na Prestação de Contas do Governo relativa ao exercício de 2013, o prazo previsto no artigo 78, I, da Lei Orgânica do Distrito Federal foi prorrogado, ocorrendo a Sessão Especial para apreciação das referidas contas no dia 03.09.2014.

3. Como decorrência, por conta do prazo reduzido para análise da gestão orçamentária, financeira e patrimonial afeta ao 1º semestre de 2014, optou-se por restringir a fiscalização ao exame da situação das ressalvas passíveis de serem analisadas antes do término do exercício e que poderiam comprometer as contas do GDF.

4. Neste contexto, além das diligências internas, foi realizada Inspeção para verificar a implantação da Nova Contabilidade, incluindo o sistema de custos, demonstrações contábeis e dívida ativa. A equipe técnica da Subsecretaria de Contabilidade – Sucon, da Secretaria da Fazenda – SEF, prestou esclarecimentos por intermédio de reunião técnica e Ofício nº 120/2014-Sucon/SEF, de 23.10.14, em resposta à Nota de Inspeção nº 01/14.

5. Aproveita-se a oportunidade para proceder à análise da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2014 – LOA/14, aprovada sob o nº 5.289, de 30.12.13, e publicada no Suplemento ao DODF nº 283, de 31.12.13.

6. Esta Informação subdivide-se nos seguintes tópicos:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

I. ANÁLISE DA LOA/14

- I.1 Aspectos Gerais
- I.2 Receita
- I.3 Despesa
- I.4 Compatibilidade da LOA/14 e PLOA/14 com o PPA 2012/2015

II. ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DO DISTRITO FEDERAL

- II.1 Divulgação de dados educacionais
- II.2 Limite de aplicação em pesquisa
- II.3 Limite de aplicação em cultura
- II.4 Sistema de acompanhamento governamental
- II.5 Demonstrações contábeis no Sistema Integrado De Gestão Governamental
- II.6 Nova contabilidade e implantação do sistema de custos
- II.7 Dívida ativa
- II.8 Audiência pública
- II.9 Limite de gastos com publicidade e propaganda
- II.10 Divulgação das informações sobre publicidade e propaganda

I. ANÁLISE DA LOA/14

I.1 ASPECTOS GERAIS

7. A LOA/14 fixou a despesa para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – OFSS em R\$ 21,5 bilhões e para o Orçamento de Investimento – OI no montante de R\$ 1,9 bilhão, o que totalizou R\$ 23,4 bilhões. Quando comparada ao exercício anterior, a dotação autorizada total foi superior em 9,8%, sem atualização monetária.

8. No tocante ao Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, a previsão cresceu 9,1% se comparada a 2013, em valores históricos, totalizando R\$ 11,7 bilhões. Cumpre lembrar que esses recursos seguem contabilizados no Sistema Integrado de Administração Financeira – Siafi do governo federal.

9. O quadro a seguir demonstra a composição da autorização inicial de recursos para o Distrito Federal, que alcançou R\$ 35 bilhões, bem como sua evolução quanto ao último exercício financeiro.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

R\$ 1.000,00

ORÇAMENTO DO DISTRITO FEDERAL E FCDF			
Especificação	2013	2014	Evolução (%)
Fiscal	14.164.941	16.487.378	16,40
Seguridade Social	4.813.058	4.963.742	3,13
Investimento	2.325.799	1.942.923	-16,46
Sub-total	21.303.798	23.394.043	9,81
FCDF	10.694.936	11.664.812	9,07
TOTAL	31.998.735	35.058.856	9,56

Fontes: LOA/13 – DF, LOA/14 – DF, LOA/13 – União e LOA/14 – União.
Valores históricos.

10. Dos 9,6% de recursos acrescidos ao orçamento do DF entre os exercícios de 2013 e 2014, o Orçamento Fiscal foi o maior beneficiado, com 16,4% de acréscimo, ou R\$ 2,3 bilhões extras, ao passo que o da Seguridade Social ficou abaixo da média, com 3,1%, e o de Investimentos recuou em 16,5%, com R\$ 382,9 milhões a menos disponíveis para 2014, em valores históricos.

1.2 RECEITA

11. A receita para 2014 no âmbito dos OFSS foi estimada em R\$ 21,5 bilhões. O valor representou incremento de 13% em relação à estimativa consignada na lei orçamentária do exercício precedente, em números históricos. Esse total também foi superior, em 24,4%, ao total arrecadado em 2013.

12. A execução da receita de 2013 e a projeção inicial de arrecadação veiculada na LOA/14 são apresentadas na tabela adiante.

R\$ 1.000,00

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA - 2013 E PREVISÃO DA RECEITA - 2014						
RECEITA	2013			2014		
	PREVISÃO INICIAL (A)	RECEITA REALIZADA (B)	%(B/A)	PREVISÃO INICIAL (C)	%(C/A)	%(C/B)
RECEITAS CORRENTES	17.059.880	16.633.405	97,50	18.188.590	106,62	109,35
Receita Tributária	11.811.792	11.443.797	96,88	13.033.085	110,34	113,89
Receita de Contribuições	1.430.358	1.383.199	96,70	1.574.114	110,05	113,80
Receita Patrimonial	218.750	350.622	160,28	226.235	103,42	64,52
Receita Agropecuária	18	13	70,77	9	47,15	66,62
Receita Industrial	7	5.664	87.060,67	3.750	57.646,33	66,21
Receita de Serviços	377.125	482.040	127,82	427.720	113,42	88,73
Transferências Correntes	3.148.206	3.181.052	101,04	3.434.170	109,08	107,96
Outras Receitas Correntes	1.286.149	1.002.943	77,98	933.796	72,60	93,11
Receitas Intraorçamentárias Correntes	291.127	358.739	123,22	265.302	91,13	73,95
Deduções da Receita	(1.503.652)	(1.574.664)	104,72	(1.709.590)	113,70	108,57
RECEITAS DE CAPITAL	1.918.119	604.180	31,50	3.262.531	170,09	539,99
Operações de Crédito	1.007.504	190.456	18,90	2.205.471	218,90	1.157,99
Alienação de Bens	15.915	8.994	56,52	150.719	947,02	1.675,69
Amortizações	8.481	60.997	719,20	29.706	350,25	48,70
Transferências de Capital	875.275	343.732	39,27	875.635	100,04	254,74
Receitas Intraorçamentárias de Capital	10.944	-	-	1.000	9,14	
TOTAL	18.977.999	17.237.585	90,83	21.451.121	113,03	124,44

Fonte: Siggo.
Valores históricos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

13. Houve aumento significativo nas previsões das Receitas de Capital relativamente ao ano anterior, em especial na receita esperada com a Alienação de Bens, cuja perspectiva era de que ocorram entradas no total de R\$ 150,7 milhões no exercício, quase dez vezes o antevisto no início de 2013. Em acordo com o Demonstrativo da Origem e Aplicação de Recursos de Alienação de Ativos, o prognóstico era de que sobrevenham alienações de bens imóveis e móveis nos montantes de R\$ 149,8 milhões e R\$ 910 mil, respectivamente.

14. Outro crescimento expressivo na previsão de receita de capital entre os dois exercícios referiu-se ao volume em Operações de Crédito. A previsão inicial de receita desse item foi calculada em R\$ 1,2 bilhão acima daquele registrado no exercício anterior. Ademais, o valor foi estimado em mais de dez vezes ao angariado em todo o exercício precedente. Conforme constou dos documentos que acompanham a apresentação do PLOA/14, a justificativa seria a “sinalização positiva do Governo federal em autorizar novos empréstimos junto à comunidade financeira”.

15. No tocante às Receitas Correntes, a estimativa de arrecadação de seu item mais significativo, a Receita Tributária, situou-se na casa dos R\$ 13 bilhões para 2014. A execução da receita tributária de 2013 e a previsão de 2014 são detalhadas na tabela que segue.

R\$ 1.000,00

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL								
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA TRIBUTÁRIA - 2013 E PREVISÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA - 2014								
TRIBUTOS	2013				2014			
	PREVISÃO INICIAL (A)	%	RECETA ARRECADADA (B)	%	PREVISÃO INICIAL (C)	%	%(C/A)	%(C/B)
ICMS	6.274.616	53,12	5.987.377	52,32	6.921.813	53,11	110,31	115,61
IR	2.152.333	18,22	2.165.085	18,92	2.316.478	17,77	107,63	106,99
ISS	1.128.894	9,56	1.238.746	10,82	1.482.762	11,38	131,35	119,70
IPVA	593.176	5,02	598.894	5,23	750.237	5,76	126,48	125,27
IPTU	782.672	6,63	525.284	4,59	632.731	4,85	80,84	120,45
ITBI	299.600	2,54	329.701	2,88	334.989	2,57	111,81	101,60
Simples	341.721	2,89	275.986	2,41	334.055	2,56	97,76	121,04
Taxas	157.384	1,33	169.578	1,48	189.399	1,45	120,34	111,69
ITCD	81.397	0,69	153.145	1,34	70.620	0,54	86,76	46,11
TOTAL	11.811.792	100,00	11.443.797	100,00	13.033.085	100,00	110,34	113,89

Fonte: Siggo.
Valores históricos.

16. A previsão inicial de arrecadação tributária em 2014 aumentou 10,3% quando comparada ao valor constante da LOA/13. O montante foi ainda 13,9% superior ao arrecadado naquele ano.

17. Os tributos mais representativos, que abarcaram 82,3% da receita tributária estimada para 2014, continuaram sendo o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, o Imposto de Renda – IR e o Imposto sobre Serviços – ISS.

18. As previsões de arrecadação do ICMS e do ISS situaram-se em



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

R\$ 6,9 bilhões e R\$ 1,5 bilhão, nessa ordem. De acordo com a Secretaria de Fazenda, em relatório encaminhado junto à PLOA/14, a arrecadação estimada dos dois tributos, reduzidas das perspectivas de renúncia de receita e inadimplência, foi acrescida das “*expectativas de liberação de recursos para financiamento na modalidade do Financiamento Especial para o Desenvolvimento – Fide e as previsões para retenção tributária para órgãos públicos distritais*”. Ademais foram acrescentadas as expectativas constantes da tabela seguinte.

R\$ milhões

ICMS E ISS	
ACRÉSCIMOS ÀS RECEITAS ESTIMADAS	
ICMS	
Ação	Valor
Projeto Grandes Contribuintes	90
Esforço Fiscal e de Cobrança	80
Projeto Atacadista	100
Projeto Combustíveis	100
Projeto Malha Fiscal	110
Projeto Antec. ICMS Energia Elétrica	60
Projeto Substituição Tributária	50
Projeto Posto Fiscal Eletrônico	60
Fiscalização de Medicamentos	10
Glosa de Crédito da Guerra Fiscal	50
Implantação de Central de Cobrança	20
ISS	
Ação	Valor
Serviços Estruturantes e Logística	80
Implantação NFe	30
Projeto Cartórios	10
Projeto Inst. Financeiras/Construtoras	40
Implantação de Central de Cobrança	4

Fonte: Demonstrativos do PLOA/14.

19. Fato é que ambos os tributos somavam R\$ 8,4 bilhões na LOA/14, 13,5% acima da estimativa expressada na norma anterior. O montante estimado posicionou-se acima da arrecadação ocorrida em 2013 na proporção de 16,3%.

20. De modo diverso, mereceu destaque a previsão de receita proveniente do Imposto Predial e Territorial Urbano, que teve sua estimativa reduzida em 19,2% relativamente ao valor disposto na lei orçamentária anterior, embora seja ainda 20,5% acima da arrecadação ocorrida em 2013.

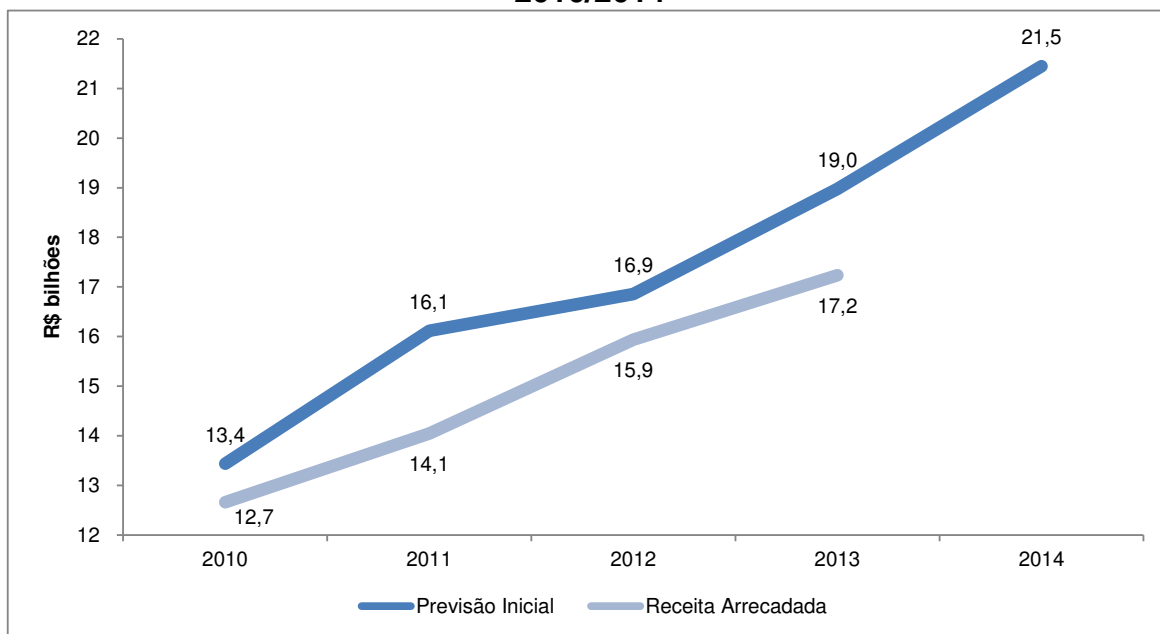
21. A superestimativa de receitas é prática recorrente quando da elaboração das leis orçamentárias. Em média, o percentual de frustração de arrecadação tributária no quadriênio 2010/2013 obteve a marca de 4,6%.

22. Quando considerado todo os OFSS, o quadro agrava-se: no mesmo período, o grau de frustração em relação ao inicialmente previsto chegou à média de 8,3%. Ou seja, deixaram de ser arrecadados, em valores históricos, R\$ 5,5 bilhões esperados para aqueles quatro anos. O gráfico adiante retrata a evolução das receitas previstas e arrecadadas entre 2010 e 2013 e a programação para 2014.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PREVISÃO INICIAL DA RECEITA E ARRECADAÇÃO
– 2010/2014 –**



Fonte: Siggo.
Valores históricos.

23. Depreende-se, pois, que há espaço para aprimoramento do processo de planejamento orçamentário com vistas a promover a estimação de receitas para mais próxima do valor efetivamente arrecadado.

1.3 DESPESA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – OFSS

24. O quadro adiante apresenta os OFSS nos termos inicialmente postos pela LOA/14 frente aos do exercício anterior, detalhados por grupo de despesa.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

R\$ 1.000,00

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL					
DESPESA PREVISTA/REALIZADA 2013 X DESPESA PREVISTA 2014					
GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL 2013 (A)	DESPESA REALIZADA 2013 (B)	DOTAÇÃO INICIAL 2014 (C)	VARIAÇÃO % (C/A)	VARIAÇÃO % (C/B)
DESPESAS CORRENTES	14.380.601	15.511.454	15.090.573	4,94	-2,71
Pessoal e Encargos Sociais	8.793.844	9.583.213	10.087.991	14,72	5,27
Juros e Encargos da Dívida	194.746	160.576	150.967	-22,48	-5,98
Outras Despesas Correntes	5.392.011	5.767.665	4.851.616	-10,02	-15,88
DESPESAS DE CAPITAL	4.199.980	2.622.266	5.742.090	36,72	118,97
Investimentos	3.729.619	2.180.610	5.331.623	42,95	144,50
Inversões Financeiras	277.257	275.996	232.542	-16,13	-15,74
Amortização da Dívida	193.104	165.660	177.925	-7,86	7,40
RPPS	230.848	0	443.689	92,20	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	166.570	0	174.769	4,92	
TOTAL	18.977.999	18.133.720	21.451.121	13,03	18,29

Fontes: Siggo e LOA/14.
Valores históricos.

25. Houve crescimento nominal de 4,9% nas despesas correntes em relação ao inicialmente fixado no exercício anterior. Contudo, o valor autorizado foi inferior em 2,7% ao executado em 2013. O maior acréscimo deu-se no grupo Pessoal e Encargos Sociais, com 14,7%, ao passo que Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes tiveram seus montantes contraídos em 22,5% e 10%, respectivamente.

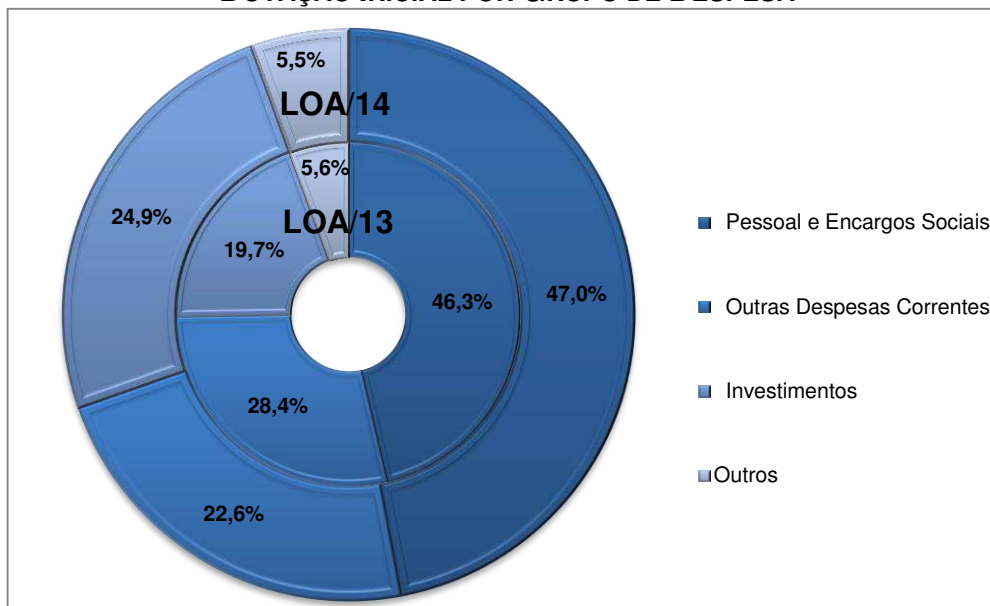
26. As despesas de capital sofreram maior grau de incremento, com 36,7% a mais que a dotação inicial de 2013, e 119% superior ao realizado naquele exercício. A previsão de despesas no grupo Investimentos foi quase duas vezes e meia a executada e 43% acima do autorizado no início do exercício anterior.

27. A representatividade de cada grupo de despesa na dotação fixada na LOA, conforme o gráfico abaixo, teve como mudanças mais significativas a redução de Outras Despesas Correntes em 5,8 pontos percentuais e o aumento de Investimentos em 5,2 pontos percentuais.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DOTAÇÃO INICIAL POR GRUPO DE DESPESA



Fontes: LOA/13 e LOA/14.

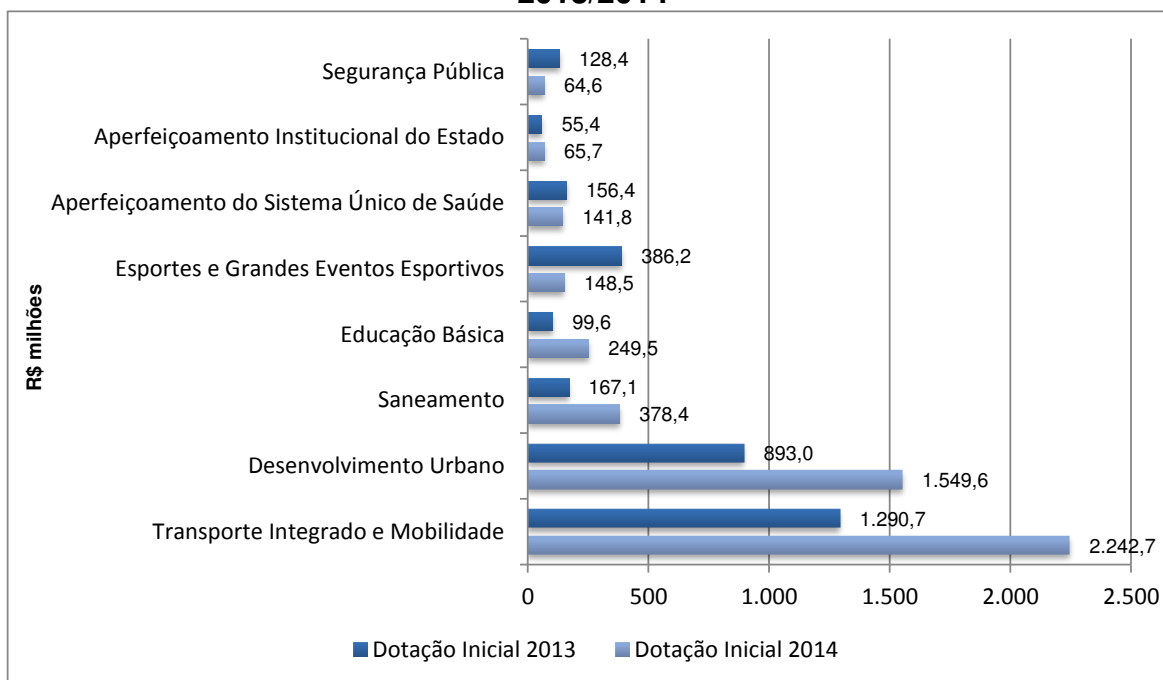
28. Pessoal e Encargos Sociais, que já respondiam pela maior parte dos OFSS em 2013, aumentaram mais sua participação no montante total e somaram 47% das dotações fixadas inicialmente nesses orçamentos para 2014.

29. No âmbito dos OFSS, o grupo de natureza de despesa Investimentos tem 90,8% dos recursos concentrados nos oito programas explicitados no gráfico a seguir. O programa Transporte Integrado e Mobilidade, que já representava o maior montante desse conjunto, recebeu mais 73,8% de dotações, ou R\$ 952 milhões.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DOTAÇÃO INICIAL DO GRUPO INVESTIMENTOS
PRINCIPAIS PROGRAMAS
– 2013/2014 –



Fontes: LOA/13 e LOA/14.
Valores históricos.

30. Seis projetos que integram o programa Transporte Integrado e Mobilidade receberam dotações em valores superiores a R\$ 200 milhões: Aquisição de Trens – Águas Claras (R\$ 294,5 milhões); Implantação de Veículo Leve sobre Pneus – VLP Eixo Sul (R\$ 278,9 milhões); Implantação do Corredor de Transporte Coletivo do Eixo Norte (R\$ 227,8 milhões); Ampliação da Linha 1 do Metrô – Samambaia, Asa Norte e Ceilândia (R\$ 220,5 milhões); Construção de Túnel Rodoviário na Av. Central – Taguatinga (R\$ 216,3 milhões); e Implantação do Corredor de Transporte Coletivo do Eixo Sudoeste (R\$ 212,1 milhões).

31. Proporcionalmente, os maiores incrementos ocorreram em Educação Básica e Saneamento, com ganhos de 150,5% e 126,5%, nessa ordem. Já as maiores perdas ocorreram nos programas de Esportes e Grandes Eventos Esportivos (-61,5%) e Segurança Pública (-49,7%).

32. Não obstante, os gastos alocados em duas atividades, a saber, Manutenção dos Ensinos Fundamental e Médio, totalizaram R\$ 123, 7 milhões, valor 24,2% superior ao destinado às 38 ações do programa e 354,6% acima das respectivas atividades, em 2013.

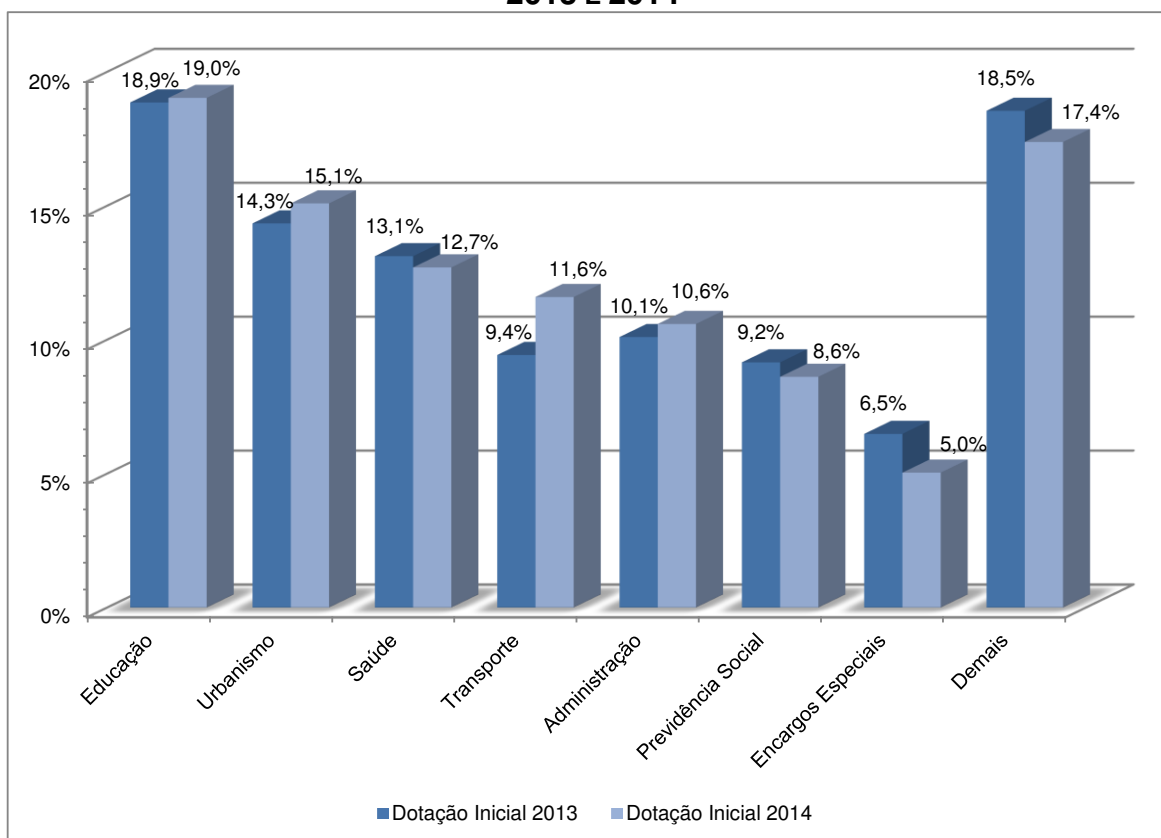
33. Na LOA/14, sete funções representaram 82,6% da dotação inicial dos OFSS (R\$ 17,7 bilhões): Educação, Urbanismo, Saúde, Transporte, Administração, Previdência Social e Encargos Especiais. Esse mesmo grupo de funções abrangeu 81,5% da dotação inicial do exercício anterior, houve, portanto,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

aumento da concentração de recursos dos OFSS nessas funções, em detrimento das demais.

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PARTICIPAÇÃO NA DOTAÇÃO INICIAL POR FUNÇÃO
– 2013 E 2014 –



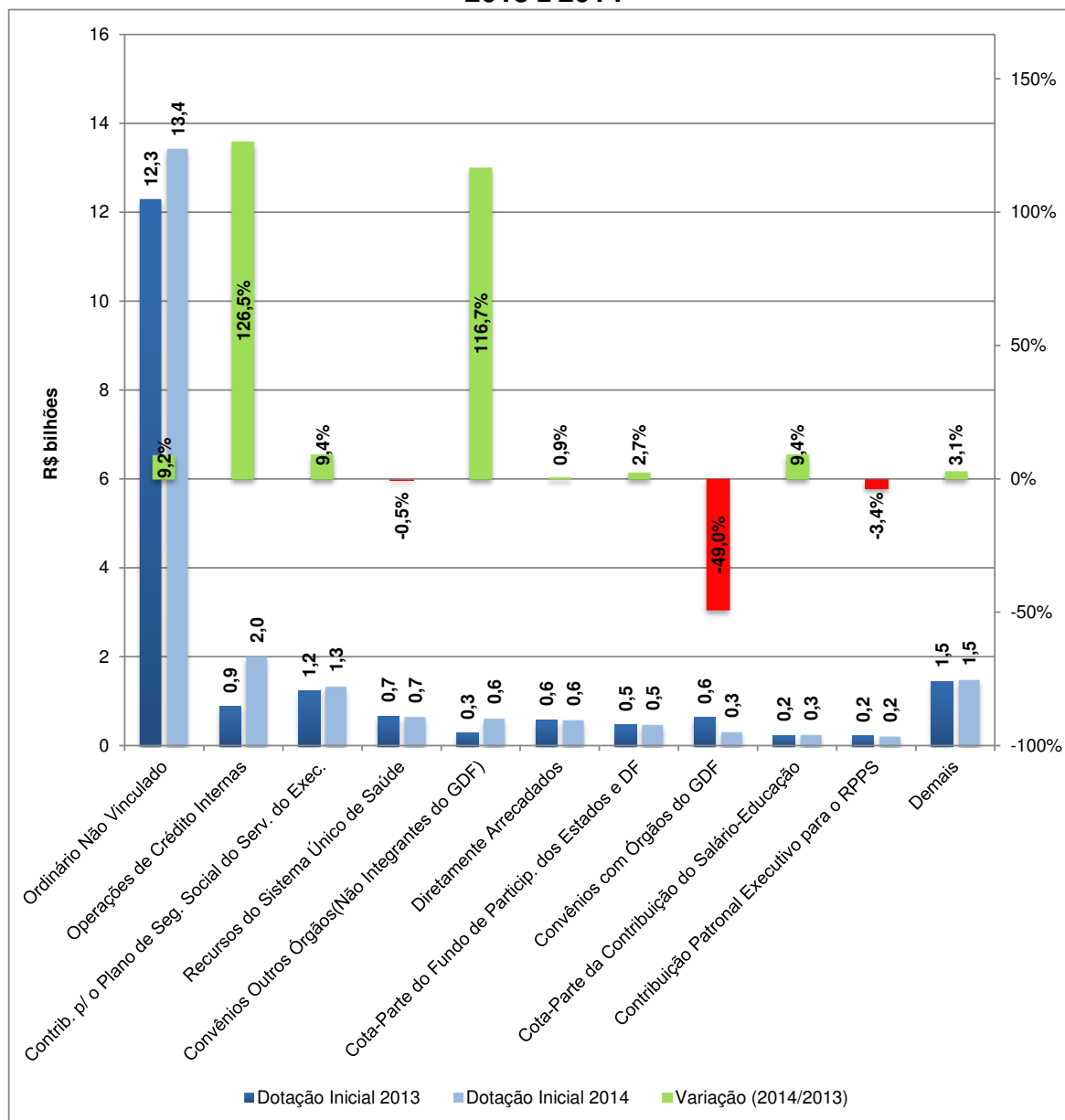
Fontes: LOA/13 e LOA/14.

34. Em valores nominais, as que mais perderam em relação a 2013 foram Assistência Social, com R\$ 194,0 milhões a menos, Encargos Especiais, R\$ 150,2 milhões, Cultura, R\$ 59,2 milhões, e Segurança Pública, R\$ 35,9 milhões. Relativamente, Assistência Social também figurou como maior prejudicada, com um corte de 43,1% em volume de recursos, seguida por Cultura (32,6%), Trabalho (32%) e Desporto e Lazer (29,2%).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DOTAÇÃO INICIAL POR FONTE DE RECURSOS
– 2013 E 2014 –



Fontes: LOA/13 e LOA/14.

35. No tocante às fontes de recursos, que evidencia a origem dos montantes que servem ao financiamento das despesas autorizadas na lei orçamentária, em 2014, dez delas representaram 93% da dotação inicial dos OFSS, ou R\$ 20 bilhões, considerados os grupos de Recursos do Tesouro e de Outras Fontes.

36. Analisadas relativamente ao exercício anterior, as fontes Ordinário Não Vinculado e Operações de Crédito Internas destacaram-se, com acréscimo nominal de R\$ 1,1 bilhão cada uma. No caso das Operações de Crédito Internas, esse crescimento significou salto de 126,5% em relação a 2013, ao passo em que



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE MACROAValiação DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

para a fonte Ordinário Não Vinculado o ganho representou 9,2% (abaixo dos 13% de crescimento dos OFSS). Também ganharam atenção as dotações financiadas pela Alienação de Bens Imóveis, com incremento de mais de mil por cento, saindo de R\$ 12 milhões em 2013 para R\$ 149,8 milhões em 2014. Parte disso é desdobramento da previsão de Receitas de Capital com Operações de Crédito e Alienação de Bens, já destacada anteriormente.

37. Maior parte dos recursos de Operações de Crédito Internas está alocada nos programas: Transporte Integrado e Mobilidade, R\$ 1,4 bilhão; Desenvolvimento Urbano, R\$ 462,7 milhões; e Saneamento, R\$ 95,6 milhões. Já os recursos de Alienação de Bens Imóveis financiam majoritariamente (R\$ 147,8 milhões) dotações no projeto Execução de Infraestrutura em Parcelamentos, dentro do Programa Desenvolvimento Urbano.

Orçamento de Investimento – OI

38. No tocante ao Orçamento de Investimento, a dotação inicial posta na LOA/14, bem como as informações referentes ao exercício anterior, estão apresentadas na tabela abaixo.

R\$ 1.000,00					
ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO					
DESPESA PREVISTA 2014 X DESPESA PREVISTA/REALIZADA 2013					
EMPRESA	DOTAÇÃO INICIAL 2013 (A)	DESPESA REALIZADA 2013 (B)	DOTAÇÃO INICIAL 2014 (C)	VARIAÇÃO % (C/A)	VARIAÇÃO % (C/B)
Banco de Brasília - BRB	109.780	27.196	101.468	- 7,57	273,10
BRB Crédito, Financiamento e Investimento S/A	100		100	0,00	-
CEB Distribuição S/A	279.000	225.480	238.646	- 14,46	5,84
CEB Geração S/A	3.550		3.511	- 1,11	-
CEB Lajeado S/A	30		30	0,00	-
CEB Participação S/A	40	1	100	150,00	16.320,36
Central de Abastecimento de Brasília - Ceasa	9.000	1.471	10.181	13,12	591,95
Companhia Brasileira de Gás - Cebgas	2.000	1	1.060	- 47,00	75.439,47
Companhia de Saneamento Ambiental do DF - Caesb	409.779	146.100	414.469	1,14	183,69
Companhia Energética de Brasília - CEB	6.900	908	37.900	449,28	4.072,32
Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap	1.505.620	388.270	1.135.459	- 24,59	192,44
TOTAL	2.325.799	789.428	1.942.923	- 16,46	146,12

Fontes: Siggo e LOA/13.
Valores históricos.

39. A queda de 16,5% nas dotações autorizadas no OI significou montante a menor, em valores nominais, de R\$ 382,9 milhões, que, em boa parte, pôde ser atribuída à redução de R\$ 370,2 milhões de recursos alocados à Terracap (24,6% a menos que em 2013).

40. Nessa unidade, as duas principais ações tiveram seus montantes significativamente reduzidos: Execução de Infraestrutura em Parcelamentos, de R\$ 732,3 milhões para R\$ 380,6 milhões, e Reforma e Ampliação do Estádio Nacional de Brasília, de R\$ 444,3 milhões para R\$ 150,7 milhões. Em contrapartida, Recuperação de Rodovias e Implantação do Corredor de Transporte Coletivo do Eixo Norte tiveram seus montantes elevados para R\$ 219 milhões (1565,3%) e R\$ 128,5 milhões (1067,8%), respectivamente.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

41. Contudo, em todas as empresas estatais analisadas, a dotação inicialmente disponibilizada para o exercício em apreço foi maior que o realizado no anterior. Em conjunto, essas dotações superam em 146,1% os R\$789,4 milhões realizados em 2013.

I.4. COMPATIBILIDADE DA LOA/14 E PLOA/14 COM O PPA 2012/2015

42. A necessidade de alinhamento entre a LOA e o PPA é prevista no art. 149, § 4º, da Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF. A fim de aferir o cumprimento da norma, a tabela seguinte coteja as metas físicas das ações orçamentárias, tanto na fase de Projeto de Lei quanto de Lei, com as previstas no PPA referentes ao exercício de 2014.

43. Idealmente, a razão entre metas físicas deveria tender a 100%, quando as alocadas no orçamento apresentariam coincidência com a previsão do PPA. Por sua vez, quanto menor/menor a razão, maior o descasamento entre o PLOA/LOA e o PPA.

VERIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 149, §4º, DA LODF				
DISTRIBUIÇÃO DA ALOCAÇÃO DE METAS FÍSICAS DAS AÇÕES DO PLOA 2014 E DO PPA 2012-2015				
RAZÃO ENTRE METAS FÍSICAS (PLOA 2014/PPA 2012-2015)	Quantidade de Ações Orçamentárias	%	Acumulado de Ações	%
Até 1%	246	32,84%	246	32,84%
De 1% até 10%	49	6,54%	295	39,39%
De 10% até 50%	107	14,29%	402	53,67%
De 50% até 100%	219	29,24%	621	82,91%
De 100% até 200%	52	6,94%	673	89,85%
Mais de 200%	76	10,15%	749	100,00%
Total	749	100,00%	749	100,00%
DISTRIBUIÇÃO DA ALOCAÇÃO DE METAS FÍSICAS DAS AÇÕES DA LOA 2014 E DO PPA 2012-2015				
RAZÃO ENTRE METAS FÍSICAS (LOA 2014/PPA 2012-2015)	Quantidade de Ações Orçamentárias	%	Acumulado de Ações	%
Até 1%	225	30,04%	225	30,04%
De 1% até 10%	42	5,61%	267	35,65%
De 10% até 50%	102	13,62%	369	49,27%
De 50% até 100%	216	28,84%	585	78,10%
De 100% até 200%	60	8,01%	645	86,11%
Mais de 200%	104	13,89%	749	100,00%
Total	749	100,00%	749	100,00%

Fontes: PLOA/14, LOA/14 e PPA 2012-2015.

44. A concentração de ações com razão até 1% ocorreu, em boa parte, pela falta de dotação orçamentária no PLOA e na LOA em algumas das ações com metas físicas previstas para 2014 no PPA. Enquanto o PPA previa um total de 749 ações para o exercício em análise, o PLOA apresentou dotação em 523 e a LOA em 558 delas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

45. Por outro lado, razões muito superiores a 100% também sinalizam descasamento entre o instrumento de médio prazo e a lei orçamentária. Ainda que a ação orçamentária conste do rol de ações do PPA, que é imposição legal, metas físicas muito aquém do dotado no orçamento implicam ações governamentais não previstas no PPA.

II. ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DO DISTRITO FEDERAL

II.1 DIVULGAÇÃO DE DADOS EDUCACIONAIS

46. A Lei nº 4.850/12, que dispõe sobre a divulgação de informações da área de educação pelo Poder Público, tornou obrigatória a publicação, “em tempo real”, de dados e indicadores de insumos, processos e resultados educacionais do sistema público de ensino do Distrito Federal.

47. Tais informações devem estar agrupadas em indicadores sociodemográficos, de eficiência e rendimento; oferta escolar, acesso e participação; e dados de infraestrutura da rede de ensino, de atividades pedagógicas, de formação e carreira docente, de financiamento, de gestão e de carreira.

41. Exigiu-se ainda sua apresentação, conforme a natureza, por escola e diretoria regional de ensino, de forma a permitir a elaboração de séries históricas.

42. A disponibilização dos dados, de acordo com o art. 3º da citada norma, deve ocorrer com a “*máxima atualização possível*” e de forma a possibilitar sua manipulação para fins de estudo, planejamento, fiscalização e controle.

43. Ademais, estabeleceu-se que os dados e informações tratados nessa Lei deverão constar da prestação de contas do GDF.

44. Na prestação de contas encaminhada a esta Corte relativa ao exercício de 2013, não constava a informação requerida, descumprindo o dispositivo. Tampouco foram encontrados na página da Secretaria de Educação na Internet, em sua completude, os dados demandados pelo normativo.

45. Até setembro de 2014, a situação encontrava-se semelhante àquela verificada quando da análise das contas do governo de 2013, qual seja, não estavam disponíveis para consulta todas as informações requisitadas na legislação.

46. Nesse sentido, cumpre alertar a Secretaria de Educação para o cumprimento da Lei nº 4.850/12, tanto no que tange à disponibilização dos dados, como no encaminhamento das informações a esta Corte quando das prestações de contas do Governo relativas ao exercício de 2014 e subsequentes.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

II.2 LIMITE DE APLICAÇÃO EM PESQUISA

47. O art. 195 da Lei Orgânica do DF estatui que ao Poder Público cabe manter a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAPDF, atribuindo-lhe dotação mínima de 2% da Receita Corrente Líquida – RCL distrital. Conforme o mandamento, os recursos deverão ser transferidos àquela Fundação *“mensalmente, em duodécimos, como renda de sua privativa administração, para aplicação no desenvolvimento científico e tecnológico”*.

48. Conforme a alteração promovida no dispositivo pela Emenda à Lei Orgânica nº 69/13, o percentual mínimo de 2% da RCL destinado à FAPDF deverá ser atingido de forma gradativa, iniciando-se em 2014, a partir do percentual de 0,5% vigente em 2013. Para o exercício corrente, preceitua o art. 2º da Emenda, o acréscimo deve ser de um décimo de ponto percentual. De 2015 em diante, os incrementos deverão ser de dois décimos de ponto percentual até o alcance do total fixado.

49. A dotação alocada à FAPDF, constante da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2014, montou R\$ 122,1 milhões, o que se mostrou superior à dotação mínima legal calculada mês a mês a partir da RCL, que ficou por volta de R\$ 97,3 milhões no semestre. Com efeito, a dotação autorizada apresentou-se sempre acima desse valor durante todos os meses de janeiro a junho de 2014. A tabela adiante demonstra o comportamento.

R\$ 1.000,00

DEMONSTRATIVO DE REPASSES À FAPDF - ART. 195 DA LODF - JANEIRO A JUNHO DE 2014						
MÊS	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	DOTAÇÃO MÍNIMA LEGAL (0,6% x RCL)	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DUODÉCIMOS (A)	REPASSES RECEBIDOS (B)	DIFERENÇA (B-A)
Janeiro	15.936.316	95.618	122.062	7.968	388	(7.580)
Fevereiro	16.043.199	96.259	122.062	8.026	5.094	(2.932)
Março	16.213.112	97.279	170.836	8.128	389	(7.740)
Abril	16.324.875	97.949	102.062	8.203	418	(7.785)
Mai	16.335.629	98.014	119.562	8.211	25.179	16.968
Junho	16.456.868	98.741	126.062	8.315	513	(7.802)
TOTAL				48.852	31.981	(16.870)

Fonte: Siggo.

50. Quanto aos repasses, contudo, o total encaminhado à Fundação situou-se em pouco menos de R\$ 32 milhões no semestre, o que levou a resultado a menor em R\$ 16,9 milhões relativamente ao que deveria ter sido repassado durante o período. Efetivamente, somente em maio o valor do repasse de recursos foi maior que o duodécimo exigido. Entretanto, não foi suficiente para reverter a situação deficitária verificada.

51. Nesse sentido, restou descumprida a exigência da LODF, no que tange aos repasses mensais a serem realizados à FAPDF no primeiro semestre de 2014.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

52. Diante da situação, cabe o alerta à Secretaria de Fazenda para o cumprimento dos repasses mensais à FAPDF nos moldes exigidos pelo art. 195 da LODF.

53. As despesas promovidas no semestre pela Fundação alcançaram R\$ 17,3 milhões. Boa parte desses recursos (54,6%) foi despendida nas atividades Execução de Atividades de Fomento ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Desenvolvimento de Projetos e Pesquisas.

54. As despesas liquidadas por programa de trabalho promovidas nos seis primeiros meses de 2014 são apresentadas na tabela seguinte.

R\$ 1.000,00

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
DESPESA LIQUIDADA NA FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL, POR PROGRAMA DE TRABALHO		
JANEIRO A JUNHO DE 2014		
PROGRAMA DE TRABALHO	DESPESA LIQUIDADA	%
Execução de Atividades de Fomento ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico	5.398	31,27
Desenvolvimento de Projetos de Pesquisas	4.028	23,34
Administração de Pessoal	2.215	12,83
Apoio a Projetos Científicos e Tecnológicos	1.900	11,01
Difusão de Ciência e Tecnologia	1.840	10,66
Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	963	5,58
Publicidade e Propaganda Institucional	564	3,27
Ressarcimentos, Indenizações e Restituições	184	1,07
Concessão de Benefícios a Servidores	105	0,61
Concessão de Bolsa Universitária	41	0,24
Formação do Patrimônio do Servidor Público	21	0,12
TOTAL	17.260	100,00

Fonte: Siggo.

II.3 LIMITE DE APLICAÇÃO EM CULTURA

55. O Fundo de Apoio à Cultura – FAC, conforme estabelece o §5º do art. 246 da Lei Orgânica do DF, deve ser mantido pelo Poder Público com dotação mínima de 0,3% da Receita Corrente Líquida.

56. Considerando-se a estimativa da RCL, constante do Quadro XVI, que compõe o Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2014, o valor mínimo previsto para o ano seria de R\$ 53 milhões.

57. O montante atribuído inicialmente ao Fundo na LOA/14 somou R\$ 53,7 milhões e, até junho, modificações orçamentárias reduziram esse montante em R\$ 100 mil, resultando em dotação final autorizada de R\$ 53,6 milhões. Ambos os valores, portanto, acima da previsão de limite mínimo exigido para o exercício. Em cotejamento com as RCL apuradas mês a mês entre janeiro e junho, o mesmo ocorre, ou seja, as dotações fixadas ao Fundo mostraram-se sempre acima do limite mínimo calculado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

58. A despesa liquidada no primeiro semestre de 2014 pelo FAC alcançou R\$ 16,4 milhões. Desse valor, 98,4% foram carreados para o programa de trabalho Apoio a Projetos.

59. Os repasses ao Fundo, nos seis primeiros meses do ano, somaram R\$ 15,6 milhões, com destaque para os meses de janeiro e junho, nos quais não houve qualquer registro de recursos destinados ao FAC. O valor repassado representou 29,3% da dotação mínima estimada para a unidade para todo o ano.

II.4 SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO GOVERNAMENTAL

60. O Relatório Analítico sobre as Contas do Governo relativo ao exercício de 2013 trouxe a informação que aproximadamente um terço das metas físicas registradas no Siggo até o fim do exercício encontrava-se em situação de inexecução, cancelamento, atraso ou paralisação. De fato, das quase 4 mil metas físicas constantes do Sistema de Acompanhamento Governamental – SAG naquele ano, as que se apresentavam como concluídas ou com andamento normal limitavam-se a 2,6 mil, ou 65,4% do total.

61. Até junho de 2014, figuravam no SAG 3,2 mil metas físicas. Desse total, 544 ainda não haviam sido iniciadas, uma foi anulada, 1,9 mil apresentavam andamento normal, quatro foram empenhadas, mas estavam por executar, e, finalmente, 144 haviam sido concluídas. Nesse contexto, 652 metas físicas apresentavam alguma forma de desvio, o que representava 20,3% do total.

62. Sobressaíram como causas para os reveses encontrados nas metas pretendidas as de natureza administrativa, secundadas pelas orçamentárias. As primeiras não apresentam detalhamento mais específico dessas causas, sendo classificadas como “*outras causas de desvio*”. Nas de natureza orçamentária, destacaram-se os créditos contingenciados ou bloqueados, que atingiram 177 metas, como razão para as faltas no andamento das ações.

63. Cumpre destacar que, embora os números obtidos no período em análise apresentem proporção de ações em desvio abaixo da verificada em todo o ano de 2013, ela foi maior, em 3,2 pontos percentuais, que o registrado no primeiro semestre daquele exercício. Sugere-se, pois, alerta às Secretarias de Transparência e Controle e de Planejamento e Orçamento relativo à significativa proporção de desvios (inexecução, cancelamento, atraso ou paralisação) nas metas físicas registradas no Siggo.

II.5 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO GOVERNAMENTAL

64. A Lei nº 4.320/64, base da normatização contábil do setor público, determina a elaboração de quatro demonstrações contábeis: os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, e a Demonstração das Variações Patrimoniais.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

65. Com o advento da Nova Contabilidade e a publicação da NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis, duas novas demonstrações tornaram-se obrigatórias: a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a das Mutações do Patrimônio Líquido, além da previsão de Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, que devem informar sobre critérios e políticas contábeis adotados.

66. O art. 138 do Regimento Interno do TCDF dispõe sobre os elementos constituintes das contas a serem apresentadas pelo Governador, entre os quais, estão os balanços e as demonstrações contábeis. A ausência dessas informações, bem como falhas e impropriedades em sua elaboração, podem ensejar a não aprovação das contas, consoante o art. 138-A dessa norma.

67. Foram analisadas as demonstrações contábeis no Sistema Integrado de Gestão Governamental – Siggo.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

68. Conforme esclarecimentos prestados pela Sucon/SEF, este demonstrativo foi retirado do Siggo por apresentar valores inconsistentes que geravam questionamentos pelos usuários desde o exercício de 2011.

69. A subsecretaria demandou correções à Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – Sutic/SEF em 22.11.12, que estão na situação “solicitação analisada” desde 04.06.13.

BALANÇO FINANCEIRO, BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

70. O Balanço Financeiro – BF consolidado do DF, posição junho de 2014, informa valores que não guardam correspondência com outras demonstrações, ou são incompatíveis com a execução orçamentária. Somente na natureza de despesa de Vencimentos e Vantagens Pessoais – Pessoal Civil Ativo (319011), foram empenhados e pagos R\$ 3,3 bilhões, enquanto o BF apresenta o montante de R\$ 210,2 milhões para o total de despesas com Pessoal e Encargos. No lado das receitas, a arrecadação de Receitas Tributárias foi de R\$ 6,3 bilhões no primeiro semestre, mas o BF aponta 6,2 bilhões.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Balanco Financeiro

Exercício 2014

PSIAG550

Anexo 13

Posição em: 28/10/2014 às 13:01:56

Mes de Referência 06 - Junho
Consolidado

	Ano Atual		Ano Atual
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	6.229.228.210,72	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	210.222.853,20
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	100.204.908,80	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.726.129.327,24
INTERNAS	314.469.380,17	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	34.876.159,11
BENS MÓVEIS	2.473.076,48	INVESTIMENTOS	221.421.929,07
CONSIGNAÇÕES	57.027.563,94	CONSIGNAÇÕES	58.385.558,56
OUTROS DEPÓSITOS	100.547,90	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	29.724.433,71
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	38.406.215,53	FORNECEDORES	0,34
FORNECEDORES	0,34	RECEITAS PENDENTES	12.749.506,52
RECEITAS PENDENTES	581.972,46	DISPONÍVEL	2.354.689.777,40
DEPÓSITOS JUDICIAIS	64.960.172,22		
DISPONÍVEL	1.650.448.462,55		

71. O Balanço Patrimonial disponível no Siggo não apresenta igualdade matemática entre o Ativo e o Passivo, conforme figura seguinte.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Balanco Patrimonial

Exercício 2014

PSIAG550

Anexo 14

Posição em: 28/10/2014 às 13:03:12

Mes de Referência 06 - Junho
Consolidado

	Ano Anterior	Ano Atual		Ano Anterior	Ano Atual
ATIVO	0,00	35.491.778.536,65	PASSIVO	0,00	36.941.530.611,48
ATIVO CIRCULANTE	0,00	7.243.024.637,77	PASSIVO CIRCULANTE	0,00	1.060.496.262,61

72. Considerando que as informações contábeis são inter-relacionadas, problemas em um demonstrativo refletem-se nos demais. A DVP apresenta desequilíbrio entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Variação Patrimonial

Exercício 2014

PSIAG550

Anexo 15

Posição em: 28/10/2014 às 13:04:01

Mes de Referência 06 - Junho
Consolidado

	Ano Atual		Ano Atual
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	9.415.072.954,02	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	10.450.394.915,94
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	6.329.433.119,52	PESSOAL E ENCARGOS	4.378.640.232,88
Impostos	6.229.228.210,72	Remuneração a Pessoal	3.680.269.209,52
Taxas	100.204.908,80	Encargos Patronais	157.909.797,66
CONTRIBUIÇÕES	941.708.542,23	Encargos Patronais - INTRA OFSS	205.093.950,72
Contribuições Sociais	700.625.955,36	Benefícios a Pessoal	233.110.402,60
Contribuições Sociais - INTRA OFSS	204.587.958,99	Outras VPD - Pessoal e Encargos	91.367.181,95
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	2.473.076,48	Outras VPD - Pessoal e Encargos - INTRA OFSS	10.889.690,43
Contribuição de Iluminação Pública	34.021.551,40	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	923.017.154,01
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	122.638.157,91	Aposentadorias e Reformas	565.471.668,19
Venda de Mercadorias	121.895,29	Pensões	204.367.323,43
Venda de Produtos	2.339.067,98	Políticas Públicas de Transferência de Renda	150.463.593,23
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Servi	111.726.923,60	Políticas Públicas de Transferência de Renda-INTRA	2.508,00
Exploração de Bens Dir. e Prestação de Serv.- INTRA	8.694.061,62	Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.712.061,16

73. A Sucon esclareceu que, no momento, o Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais “*não apresentam inconsistências ocasionadas por erros nos demonstrativos*”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

74. A análise dos demonstrativos, referentes a junho de 2014, contradiz a exposição da Sucon. Foram verificados os referentes a outubro de 2014, que apresentam as mesmas inconsistências.

75. Em 25.08.14, a Sucon demandou atualizações desses demonstrativos à Sutic, que estão na situação “*solicitação analisada*”.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA E A DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

76. A inclusão das novas demonstrações, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, foi solicitada pela Sucon à Sutic, em 25.08.14. O pedido está na situação “*solicitação analisada*”, com a mesma data.

77. As demonstrações contábeis são elementos essenciais das Contas do Governo. Na situação presente, apresentam incorreções e inconsistências que denotam falhas e impropriedades em sua elaboração, na forma do art. 138 e 138-A do RITCDF, que podem ser solucionadas mediante atendimento das demandas da Sucon à Sutic, razão pela qual cabe sugerir à Corte que alerte a Secretaria de Fazenda quanto à necessidade de efetuar as correções e atualizações dos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais no Siggo, e a inclusão das Demonstrações dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, no mesmo sistema, antes do encerramento deste exercício financeiro.

II.6 NOVA CONTABILIDADE E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CUSTOS

78. Em 2013, foi realizada Inspeção para verificar o cumprimento do cronograma de ações para implantação do Novo Modelo de Contabilidade Aplicada ao Setor Público pelo Distrito Federal, conforme Portaria Conjunta nº 02/13, das Secretarias de Fazenda, de Planejamento e Orçamento e de Transparência e Controle.

79. O item III da Decisão nº 2.098/14 autorizou a inclusão do tema Nova Contabilidade, que compreende a implantação do Sistema de Custos no DF, no processo de acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial que subsidia a elaboração do Relatório Analítico e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo.

80. Verificou-se que há várias ações que apresentam atraso em relação ao cronograma original. A tabela seguinte sintetiza as informações prestadas pela Sucon em relação ao andamento dessas ações, previstas na Portaria.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE MACROAValiaÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

ASPECTOS / AÇÕES	Situação Atual informada pela Sucon posições dez/2013 e out/14
Aspecto 1. Reconhecimento, mensuração e evidência dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas	Está em fase de desenvolvimento o sistema Lanc Débito (percentual de execução de 70% em out/14) que foi planejado para padronizar e unificar procedimentos de controle das receitas tributárias e não-tributárias do DF e execução da Dívida Ativa. Outro benefício esperado é a adoção de código de barras no modelo Febraban para melhor controle das receitas. Segundo avaliação da Sucon requer revisão, por estar parado há 2 anos. A conclusão deste sistema é necessária para permitir a posterior integração dos sistemas da Surec ao Siggo. Outro tema em execução é a integração do Sistema de Nota Fiscal Eletrônica - NFe para automatizar a contabilização no Siggo das notas emitidas pelos fornecedores contratados pelas unidades do GDF, que encontra-se na fase "proposta com aceite" desde 15.05.14.
Aspecto 2. Reconhecimento, mensuração e evidência das obrigações e provisões por competência	A tabela de eventos e o plano de contas estão atualizados para recepcionar os lançamentos necessários ao registro das obrigações e provisões.
Aspecto 3. Reconhecimento, mensuração e evidência dos bens móveis, imóveis e intangíveis e Aspecto 4. Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão e Aspecto 5. Reconhecimento, mensuração e evidência dos ativos de infraestrutura	Será adotada a tabela de depreciação da Secretaria da Receita Federal para os bens do Ativo Imobilizado do GDF, à exceção dos terrenos e obras de arte, adotando-se o método das quotas constantes. Além disso, é necessária a publicação de normas para estabelecer a obrigatoriedade de todos os órgãos realizarem os procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão dos bens patrimoniais do DF. Em relação ao Sistema de Gestão Patrimonial - Sisgepat/Web, o novo prazo para conclusão do sistema é abril de 2015, em virtude de testes de homologação que aguardavam a conclusão do sistema de Log de segurança, homologado em 22.10.14. Esse prazo, entretanto, não inclui o módulo Ativos de Infraestrutura.
Aspecto 6. Implementação do sistema de custos	Em relação à definição e adequação dos procedimentos de apuração dos custos de materiais que transitam pelo almoxarifado, não houve avanços. Quanto aos relatórios do Sistema de Custos do Siggo, não foi realizada a alimentação de dados (carga) para geração dos demonstrativos, motivo pelo qual, as consultas resultam em saldo zero. Em 20.08.14 a Sucon demandou a automatização da carga dos dados, que encontra-se na situação "solicitação registrada" na Sutic. Foi solicitada a regularização dos demonstrativos de custos do Siggo após a adoção do novo Plano de Contas, etapa necessária para demandar a inclusão de dados da execução do Fundo Constitucional do DF no Sistema de Custos.
Aspecto 7. Aplicação do Plano de Contas detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais	Em relação ao "controle da Dívida Ativa no compensado", é necessário aguardar a implantação do sistema Lanc Débito, que automatizará o lançamento dos créditos tributários, conforme Aspecto 1.
Aspecto 8. Demais aspectos patrimoniais previstos no Mcasp	Quanto à automatização do registro contábil da folha de pagamento no Siggo, foram realizadas reuniões com a Secretaria de Administração Pública - Seap, Câmara Legislativa e TCDF para a separação da folha por regime previdenciário e a contabilização de provisões de férias e 13º salário. A Seap indicou possibilidade de incluir, de imediato, informação contábil diferenciada da informação orçamentária e adaptar a folha ao novo Plano de Contas. Quanto à automatização, é necessário que a Seap contrate empresa de Tecnologia de Informação - TI para realizar as integrações necessárias.
Aspecto 10. Sistema de Contabilidade Orçamentária Aplicada ao Setor Público	Em relação à elaboração de parâmetros orçamentários, a classificação orçamentária encontra-se atualizada e em funcionamento.

Fonte: Sucon.

II.7 DÍVIDA ATIVA

81. A análise das Contas do Governo de 2013 verificou a repetição da incorreção já constatada em outros exercícios, qual seja, a diferença entre a receita apurada da Dívida Ativa (R\$ 418,6 milhões) e a arrecadação informada no Demonstrativo da Dívida Ativa (relatório PSIA670, R\$ 534,7 milhões), que explicita o montante da renúncia fiscal da dívida ativa do exercício passado.

82. Segundo esclarecimentos prestados pela Subsecretaria da Receita – Surec, a arrecadação informada no Relatório da Dívida Ativa não considera “os benefícios legais concedidos em programas de recuperação do crédito tributário quando das suas quitações, bem como não leva em conta a baixa de dívidas sem o seu correspondente financeiro”.

83. A Sucon informou que “*permanecem em discussão*” com a Surec propostas visando alterar o Relatório da Dívida Ativa e a contabilização no Siggo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

84. Diante das informações prestadas, sugere-se determinar à Secretária de Fazenda que as renúncias fiscais, tais como os benefícios legais concedidos em programas de recuperação do crédito tributário e a baixa de dívida ativa sem o seu correspondente financeiro, sejam destacadas no Relatório da Dívida Ativa (PSIAG670), para maior transparência na gestão da Dívida Ativa.

II.8 AUDIÊNCIA PÚBLICA

85. O Parecer Prévio sobre as Contas do Governo do DF de 2013 apontou como ressalva os atrasos na realização das audiências públicas trimestrais destinadas à demonstração e à avaliação do cumprimento das metas fiscais.

86. Trata-se de exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, no sentido de promover debate sobre a situação das contas públicas.

87. As audiências relativas ao exercício de 2013 foram abordadas no Processo nº 8631/14, que trata da Avaliação das Metas Fiscais de 2013. O Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças – CEOF, da Câmara Legislativa do DF, apresentou duas justificativas para o atraso: a demora na avaliação das metas fiscais referentes ao 3º trimestre de 2012, realizada em 17.04.13, e a necessidade de cumprir o cronograma de reuniões e audiências públicas da CEOF, que teve de aguardar a eleição dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da comissão, realizada em 05.03.13. As justificativas foram consideradas satisfatórias, conforme Decisão nº 4.916/14.

88. Em relação ao exercício de 2014, a audiência relativa ao primeiro trimestre foi realizada com atraso de quatro dias em 04.06.14, e a relativa ao segundo trimestre foi realizada tempestivamente, em 30.09.14.

II.9 LIMITE DE GASTOS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA

89. O inciso VII do art. 50 da Resolução nº 23.404/14-TSE veda realizar, no período de 01.01.14 a 04.07.14, por se tratar de ano eleitoral, despesas com publicidade dos órgãos públicos ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos nos três últimos anos que antecedem o pleito ou do último ano imediatamente anterior à eleição, devendo prevalecer o que for menor.

90. Os valores apresentados na tabela a seguir contemplam a soma de gastos liquidados com despesas de publicidade e propaganda das unidades integrantes dos OFSS e que, por questões de limitação do sistema de registro contábil, não diferenciam a execução orçamentária e financeira da publicidade institucional, da legal e de utilidade pública.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

R\$ 1.000,00

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL					
PODER EXECUTIVO					
DESPESAS LIQUIDADAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA					
	2011	2012	2013	2014 jan/jun	Média 2011/2013
Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico	2.007	1.561	2.381	262	1.983
Companhia de Desenvolvimento Habitacional - Codhab	39	211	566	65	272
Companhia de Planejamento - Codeplan	15	44	25	7	28
Companhia do Metropolitano - Metrô	154	211	271	499	212
Companhia Urbanizadora da Nova Capital - Novacap	176	239	315	150	243
Defensoria Pública	0	251	0	0	84
Departamento de Estradas de Rodagem	147	573	240	99	320
Departamento de Trânsito	1.795	0	445	981	747
Dftrans	4	37	143	59	61
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater	33	15	39	14	29
Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso	12	184	11	6	69
Fundação de Apoio à Pesquisa	203	78	408	564	230
Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde	86	102	120	60	103
Fundação Hemocentro de Brasília	111	0	146	49	86
Fundo de Defesa dos Direitos do Consumidor	0	126	0	0	42
Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores	0	140.404	0	0	46.801
Instituto de Previdência dos Servidores	0	137	0	0	46
Instituto do Meio Ambiente e dos Rec. Hídricos - BSB Ambiental	105	92	187	74	128
Secretaria de Comunicação Social	36.019	19	0	0	12.012
Secretaria de Publicidade Institucional	91.811	0	128.115	57.689	73.309
Serviço de Limpeza Urbana	174	0	157	71	110
Sociedade de Transporte Coletivos de Brasília Ltda - TCB	16	0	101	21	39
TOTAL	132.907	144.285	133.672	60.672	136.954

Fonte: Siggo.
Valores históricos.

91. O montante total despendido pelo Poder Executivo do DF no primeiro semestre de 2014 (R\$ 60,7 milhões) foi inferior ao montante apurado no exercício anterior (R\$ 133,7 milhões), de acordo com a Resolução nº 23.404/14-TSE. A tabela seguinte apresenta as despesas realizadas pelas estatais.

R\$ 1.000,00

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL					
ESTATAIS					
DESPESAS REALIZADAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	2011	2012	2013	2014 jan/jun	Média 2011/2013
Banco do Brasília S/A	14.914	23.019	23.490	0	20.474
BRB Crédito, Financiamento e Investimento S/A	868	763	655	208	624
BRB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A	467	459	386	140	363
CEB Distribuição S/A	792	339	0	0	377
CEB Geração S/A	69	101	91	1	87
CEB Lajeado S/A	0	49	77	0	42
CEB Participações S/A	0	51	13	0	21
Centrais de Abastecimento S/A - Ceasa	56	199	79	0	111
Companhia de Saneamento Ambiental - Caesb	976	1.959	1.877	824	1.604
Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap	13.248	12.923	14.538	5.847	13.569
TOTAL	31.390	39.862	41.205	7.021	37.486

Fonte: Siggo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

II.10 DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

92. Acerca do cumprimento dos dispositivos legais referentes à matéria, observou-se alguma evolução das unidades quanto à divulgação das informações exigidas pela Lei nº 3.184/03, isto é, do plano anual e do demonstrativo trimestral de despesas dessa natureza. Entretanto, a tabela seguinte relaciona as unidades com dotações para publicidade e propaganda que deixaram de cumprir essas obrigações.

PUBLICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELA LEI ORGÂNICA DO DF E DA LEI Nº 3.184/03			
UNIDADES COM PENDÊNCIAS			
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PLANO ANUAL DE PUBLICIDADE	DEMONSTRATIVOS TRIMESTRAIS	
		1º	2º
Agência de Fiscalização do DF	X	(1)	(1)
BRB Administradora e Corretora de Seguros S/A	X	X	X
BSB Administradora de Ativos S/A	X	X	X
Câmara Legislativa do DF	X	-	-
Cartão BRB S/A	X	X	X
CEB Geração S/A	X	X	X
CEB Lajeado S/A	X	-	-
CEB Participações S/A	X	X	X
Central de Abastecimento de Brasília	X	X	X
Companhia Brasiliense de Gás	X	-	-
Companhia de Desenvolvimento Habitacional do DF	X	-	-
Companhia de Planejamento do DF	X	X	X
Companhia Energética de Brasília	X	X	X
Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso	-	-	X
Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde	-	-	X
Fundação Hemocentro de Brasília	-	X	X
Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do DF	X	X	X
Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A	X	X	X

Fonte: DODF e DCL.

(1) não houve execução.

93. Quanto à Lei Federal nº 12.232/10, art. 16, verificou-se que a totalidade das unidades distritais não tem cumprido essa exigência. Por esse dispositivo, as informações sobre a execução do contrato publicitário, com os nomes dos fornecedores de serviços especializados e veículos, devem ser divulgadas em sítio próprio na Rede Mundial de Computadores – *Internet*, garantido o livre acesso às informações por quaisquer interessados. Ainda por força desse artigo, as informações sobre valores pagos deverão ser divulgadas pelos totais de cada tipo de serviço de fornecedores e de cada meio de divulgação.

94. Desse modo, sugere-se alertar as unidades com dotações de publicidade e propaganda quanto ao cumprimento das disposições legais mencionadas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE MACROAVLIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

II.11 REALIZAÇÃO DE DESPESAS SEM COBERTURA CONTRATUAL

95. A partir de levantamento das despesas classificadas com o código de licitação “Não Aplicável”, isto é, de despesas que, por sua própria natureza, não necessitariam de processo licitatório, verificou-se que, em muitas delas, as Notas de Empenho referiam-se, explicitamente, a pagamento indenizatório de despesas sem cobertura contratual, o que representou despesas da ordem de R\$ 3,4 milhões, sendo 86,3% registradas na Secretaria de Saúde, conforme detalhado a seguir. Persiste, portanto, o problema, ainda que em menor grau.

R\$ 1.000,00

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL					
DESPESAS SEM COBERTURA CONTRATUAL - JAN A JUN 2014					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CREDOR	NOTA DE EMPENHO	DESCRIÇÃO	VALOR	ORDEM BANCÁRIA
Secretaria de Saúde	Vital Produtos Hospitalares Ltda.	2014NE02059	Pagamento indenizatório decorrente da prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, placas, componentes eletrônicos e materiais de consumo de 18 gasômetros, todos da marca Radiometer, pertencentes à SES/DF, sem cobertura contratual. Notas fiscais devidamente atestadas nos autos, referente ao período de janeiro e fevereiro do corrente ano. Autorização do Subsecretário de Administração Geral/Suag, devidamente assinada à fl. 219.	793	2014OB09278 a 2014OB09312
	White Martins Gases Industriais do Nordeste S/A	2014NE03043	Reconhecimento de dívida em favor da empresa White Martins Gases Industriais do Nordeste S/A, referente ao fornecimento de gases medicinais, referente ao período de setembro a dezembro de 2013, sem cobertura contratual, cujas notas fiscais encontram-se às fls. 09 a 249 e 253 a 464, devidamente atestadas. Autorização do Subsecretário de Adm. Geral/Suag à fl. 573. Publicação no DODF nº 109 de 30/05/2014, página 74.	1.041	2014OB13567 a 2014OB13793
	Técnica Construção Com. e Indústria Ltda.	2014NE02999	Pagamento indenizatório decorrente da prestação de serviços em caráter emergencial, de operação, manutenção preventiva e corretiva no sistema de geração e distribuição de vapor e água quente, com fornecimento de peças, componentes e insumos para limpeza de caldeiras, supervisão contínua de operação tratamento físico e químico de água, assistência técnica, inspeções de segurança, sem cobertura contratual. Nota fiscal nº 338, emitida em 19/05/2014, referente ao período de 22/04 a 22/05/14. Autorização do Subsecretário de Adm. Geral/Suag, fl. 333.	307	2014OB13563 a 2014OB13565
	Técnica Construção Com. e Indústria Ltda.	2014NE02002	Pagamento indenizatório decorrente da prestação de serviços de operação, manutenção preventiva e corretiva no sistema de geração e distribuição de vapor e água quente, com fornecimento de peças e insumos para limpeza das caldeiras de propriedade da SES/DF, sem cobertura contratual. Notas fiscais nos 303, 312 e 325, devidamente atestadas às fls. 17, 91 e 137. Período de janeiro a março/2014. Autorização do Subsecretário de Administração Geral/Suag às fls. 197 a 199.	819	2014OB08579 a 2014OB08581, 2014OB08586, 2014OB08588, 2014OB08590, 2014OB08592, 2014OB08594 e 2014OB08595
Secretaria de Trabalho	Global Village Telecom - GVT	2014NE00116	Valor que se empenha para custear despesas sem cobertura contratual, com a prestação de serviço de telecomunicação, utilizando tecnologia MPLS, provendo o tráfego de dados, voz e imagem entre Setrab e suas unidades, bem como acesso à internet, compreendendo o fornecimento, instalação, manutenção, gerenciamento e monitoração de rede internet e backbone, em atendimento a esta Setrab. Ato de reconhecimento de dívida publicado no DODF nº 48, de 07 de março de 2014, pag. 68.	38	2014OB14372
	Global Village Telecom - GVT	2014NE00136	Valor que se empenha para custear despesas sem cobertura contratual, com a prestação de serviço de telecomunicação, utilizando tecnologia MPLS provendo o tráfego de dados, voz e imagem entre Setrab e suas unidades, bem como acesso à internet, compreendendo o fornecimento, instalação, manutenção, gerenciamento e monitoração de rede internet e backbone, em atendimento a esta Setrab. Ato de reconhecimento de dívida publicado no DODF nº 58, de 21 de março de 2014, pag. 53.	82	2014OB17297
	Global Village Telecom - GVT	2014NE00254	Valor que se empenha para custear despesas sem cobertura contratual, com a prestação de serviço de telecomunicação, utilizando tecnologia MPLS provendo o tráfego de dados, voz e imagem entre Setrab e suas unidades, bem como acesso à internet, compreendendo o fornecimento, instalação, manutenção, gerenciamento e monitoração de rede internet e backbone, em atendimento a esta Setrab. Ato de reconhecimento de dívida publicado no DODF nº 111, de 02 de junho de 2014, pag. 54.	82	2014OB32689
	Global Village Telecom - GVT	2014NE00299	Valor que se empenha para custear despesas sem cobertura contratual, com a prestação de serviço de telecomunicação, utilizando tecnologia MPLS provendo o tráfego de dados, voz e imagem entre Setrab e suas unidades, bem como acesso à internet, compreendendo o fornecimento, instalação, manutenção, gerenciamento e monitoração de rede internet e backbone, em atendimento a esta Setrab. Ato de reconhecimento de dívida publicado no DODF nº 158, de 17 de junho de 2014, pag. 61.	44	2014OB35903
	Global Village Telecom - GVT	2014NE00301	Valor que se empenha para custear despesas sem cobertura contratual, com a prestação de serviço de telecomunicação, utilizando tecnologia MPLS provendo o tráfego de dados, voz e imagem entre Setrab e suas unidades, bem como acesso à internet, compreendendo o fornecimento, instalação, manutenção, gerenciamento e monitoração de rede internet e backbone, em atendimento a esta Setrab. Ato de reconhecimento de indenização publicado no DODF nº 127, de 24 de junho de 2014, pag. 60.	157	2014OB39082 e 2014OB39083
Defensoria Pública do DF	OI S.A.	2014NE00206	Empenho para atender despesa com o reconhecimento de dívida de despesa sem cobertura contratual, referente ao fornecimento do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, para a sede e as unidades da DPDF, no período de 18/11/2013 a 17/03/2014, conforme publicação no DODF nº 94, de 13 de maio de 2014, pag. 47.	40	2014OB27662
Administração Regional do Jardim Botânico	JBShopping Administração Ltda.	2014NE00058	Valor que se empenha em nome do credor supra para fazer face à despesa com o aluguel do imóvel ocupado por esta Administração, referente ao mês de abril com vencimento em 10/05/2014 (locação+ taxa de condomínio), despesa sem cobertura contratual, autorizada pelo ordenador de despesa desta RA, com respaldo na orientação jurídica da Astec, despacho de 05/05/2014, anexado aos autos.	19	2014OB25751 e 2014OB25752
Transporte Urbano do DF - DFTrans	Cecin Sarkis Simão & Cia Ltda.	2014NE00235	Recurso destinado ao reconhecimento de dívida referente ao ressarcimento de valor de prestação de serviço de aluguel de imóvel para guarda do arquivo central desta DFTRANS no ano de 2011, sem cobertura contratual.	11	2014OB00554
TOTAL				3.433	-

Fonte: Sigo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

96. Em relação aos credores Vital Produtos Hospitalares Ltda. e White Martins Gases Industriais do Nordeste S/A, os processos nºs 22170/13 e 21747/14, respectivamente, tratam dessas situações. Quanto ao credor Técnica Construção Com. e Indústria Ltda., não há processos específicos em tramitação nesta Corte de Contas versando sobre a matéria. Nesse sentido, sugere-se dar conhecimento da situação descrita à Secretaria de Acompanhamento.

97. Quanto à Secretaria de Trabalho, há o Processo nº 14872/14 que tratou da matéria em relação ao exercício de 2013. Como se trata de mero prolongamento de questão ali tratada, deixa-se de propor medidas a respeito.

98. Quanto aos demais casos, em vista dos reduzidos valores envolvidos, sugere-se alertar às unidades sobre o assunto.

III. SUGESTÕES

99. Ante o exposto, sugere-se à Corte:

- I. reiterar ao Chefe do Poder Executivo o alerta constante do item IV da Decisão nº 1.648/2014, que trata do cumprimento do art. 42 da LRF, aplicável ao último ano de mandato;
- II. alertar:
 - a) a Secretaria de Fazenda:
 - i. quanto à necessidade de efetuar as correções e atualizações dos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais no Siggo, e de incluir as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, no mesmo sistema, antes do encerramento deste exercício financeiro;
 - ii. quanto ao cumprimento do art. 195 da Lei Orgânica do Distrito Federal, no que se refere aos repasses mensais em duodécimos exigidos pela norma;
 - b) a Secretaria de Educação para o cumprimento da Lei nº 4.850/12, tanto no que tange à disponibilização dos dados educacionais no endereço eletrônico do GDF, na internet, bem como no encaminhamento das informações a esta Corte quando das prestações de contas do Governo relativas ao exercício de 2014 e subsequentes;
 - c) a Secretaria de Transparência e Controle e a Secretaria de Planejamento e Orçamento em relação à significativa proporção de desvios (inexecução, cancelamento, atraso ou paralisação) nas metas físicas de 2014 registradas no Siggo;
 - d) a Administração Regional do Jardim Botânico, a Defensoria Pública e o Transporte Urbano do DF – DFTrans, para que se abstenham de realizar despesas sem cobertura contratual, em vista da Lei nº 8.666/93 e demais disposições legais;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

- e) às unidades Agência de Fiscalização do DF, BRB Administradora e Corretora de Seguros S/A, BSB Administradora de Ativos S/A, Câmara Legislativa do DF, Cartão BRB S/A, CEB Geração S/A, CEB Lajeado S/A, CEB Participações S/A, Central de Abastecimento de Brasília, Companhia Brasiliense de Gás, Companhia de Desenvolvimento Habitacional do DF, Companhia de Planejamento do DF, Companhia Energética de Brasília, Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso, Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde, Fundação Hemocentro de Brasília, Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do DF e Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A, quanto ao cumprimento da Lei nº 3.184/03, fazendo publicar o respectivo plano anual e/ou demonstrativos trimestrais de publicidade e propaganda;
- f) às unidades destacadas no item anterior, bem assim à Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do DF, Banco de Brasília S/A, BRB Crédito, Financiamento e Investimento S/A, BRB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, CEB Distribuição S/A, Companhia de Saneamento Ambiental DF, Companhia do Metropolitano do DF, Companhia Imobiliária de Brasília, Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, Departamento de Estradas de Rodagem, Departamento de Trânsito, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF, Fundação de Apoio à Pesquisa, Fundação Jardim Zoológico de Brasília, Instituto de Previdência dos Servidores do DF, Secretaria de Publicidade Institucional do DF, Serviço de Limpeza Urbana do DF, Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília, Transporte Urbano do DF e Tribunal de Contas do DF, quanto ao cumprimento do disposto no art. 16 da Lei nº 12.232/10;
- III. dar ciência do teor dos parágrafos 95 a 98 desta informação à Secretaria de Acompanhamento desta Corte de Contas;
- IV. determinar à Secretaria de Fazenda que as renúncias fiscais, tais como os benefícios legais concedidos em programas de recuperação do crédito tributário e a baixa de dívida ativa sem o seu correspondente financeiro, sejam destacadas no Relatório da Dívida Ativa (PSIAG670), para maior transparência na gestão da Dívida Ativa;
- V. autorizar o arquivamento dos autos.